



Resenha do artigo intitulado “Teoria da escolha racional, voto econômico e a psicologia política brasileira: determinantes do voto no Brasil”¹

Review of the article entitled “Rational choice theory, economic voting and Brazilian political psychology: determinants of voting in Brazil”

 ARK: 44123/multi.v5i9.1052

Recebido: 05/11/2023 | Aceito: 10/02/2024 | Publicado on-line: 13/03/2024

Christiane Vieira de Sales Ferreira²

 <https://orcid.org/0009-0002-1074-6685>

 <https://lattes.cnpq.br/6765493712797450>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: chrica83@gmail.com



Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Teoria da escolha racional, voto econômico e a psicologia política brasileira: determinantes do voto no Brasil”. Este artigo é de autoria de: André Felipe Rosa. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, no Ano 13, Vol. XIII, n. 44, jan.-jul., 2022.

Palavras-chave: Voto Econômico. Teoria da Escolha Racional. Psicologia Política Brasileira.

Abstract

This is a review of the article entitled “Rational choice theory, economic voting and Brazilian political psychology: determinants of voting in Brazil”. This article is authored by: André Felipe Rosa. The article reviewed here was published in the journal “Processus Magazine of Management, Legal and Financial Studies”, in Year 13, Vol. XIII, no. 44, Jan.-July, 2022.

Keywords: *Economic Vote; Rational Choice Theory; Brazilian Political Psychology.*

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Teoria da escolha racional, voto econômico e a psicologia política brasileira: determinantes do voto no Brasil”. Este artigo é de autoria de: André Felipe Rosa. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, no Ano 13, Vol. XIII, n. 44, jan.-jul., 2022.

¹ A revisão linguística foi realizada por Michelle Veridiane Segantini da Silva.

² Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

Conheça um pouco sobre o autor deste artigo e seu currículo. Muito do que constitui a formação e a experiência de um autor contribui para a reflexão sobre o assunto sobre o qual se propõe escrever. Conheça, portanto um pouco sobre o autor.

O autor deste artigo é André Felipe Rosa. O autor é bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília, também possui mestrado em Psicologia e participou dos Núcleos de Pesquisa Pibic como bolsista, pesquisou sobre estudos raciais e cotas nas Universidades Federais. Seguiu a linha de trabalho acadêmico na pesquisa qualitativa e na análise de discurso, bem como possui domínio do software de pesquisa qualitativa. As suas principais linhas de pesquisa se encontram no comportamento político, na análise de discurso, na análise política e no processo legislativo. Seu currículo pode ser visualizado na plataforma Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3361155786236088>>, bem como no Orcid: <<https://orcid.org/0000-0003-2319-113X>>.

O artigo aqui resenhado é dividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, *resumen*, *palabras clave*, introdução, o sistema político brasileiro, estudo do voto no Brasil pela psicologia política brasileira, a teoria da escolha racional e o voto econômico, considerações finais e referências.

No resumo do artigo, o autor explica que tem como objetivo discutir a teoria do comportamento eleitoral. André traz como fonte teórica a Teoria da Escolha Racional, o Voto Econômico e a Psicologia Política do Brasil. Nesse sentido, este artigo visa estabelecer um diálogo com os três correntes presentes no pensamento político, a fim de servir de subsídio para a pesquisa eleitoral no Brasil.

O tema deste artigo é “Teoria da escolha racional, voto econômico e a psicologia política brasileira: determinantes do voto no Brasil”. Foi discutido o seguinte problema: “usar apenas uma variável independente para explicar o comportamento eleitoral pode, na maioria das vezes, deixar algumas lacunas que precisam ser preenchidas com outras correntes teóricas”. O artigo partiu da seguinte hipótese: “Apesar dos novos meios de comunicação, a teoria política está sempre atualizada, tanto para questões comportamentais quanto para diversos estudos democráticos ao redor do mundo”.

Neste artigo, o objetivo geral foi “apresentar uma revisão das teorias que explicam o fenômeno do voto no Brasil, destacando a importância da teoria da escolha racional, do voto econômico e da psicologia política brasileira na formação das preferências dos eleitores”. Os objetivos específicos foram: “este artigo visa proporcionar um confronto com três correntes do pensamento político para auxiliar o estudo do comportamento eleitoral no Brasil”.

A temática da pesquisa contou com a seguinte justificativa: “como a teoria da escolha racional, o voto econômico e a psicologia política nunca perderão sua validade, vários estudos comparativos tiveram que ser atualizados para as realidades atuais em benefício da sociedade”.

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa utilizada no artigo aqui analisado foi baseada em uma revisão bibliográfica e análise crítica de teorias e conceitos da psicologia política, com enfoque nas teorias da escolha racional e do voto econômico aplicadas ao contexto brasileiro.

O autor dá início ao seu estudo explicando que a compreensão do fenômeno do voto é fundamental para entender a forma como o Estado Brasileiro atua, e isso está intrinsecamente ligado ao sistema político brasileiro. A democracia, que é caracterizada pela participação do povo, é a base do Estado democrático, onde o poder é exercido diretamente ou indiretamente pelo povo. A democracia direta, nos moldes da Grécia Antiga, é um modelo em que todas as deliberações passam pelo

crivo dos cidadãos. No entanto, essa proposta é insensata e inviável em democracias de larga escala, devido à participação de todas as pessoas em todas as decisões, o que não seria adequado do ponto de vista ético e intelectual.

É nesse contexto que a democracia representativa, também conhecida como democracia indireta, surge como uma alternativa viável. No Brasil contemporâneo, o sistema democrático é caracterizado por eleições gerais periódicas, onde o povo elege representantes que irão deliberar sobre os assuntos relacionados ao Estado. Nem todos os cidadãos são políticos ou têm interesse em participar da política, por isso a democracia representativa se torna necessária. Após o período da redemocratização no Brasil, houve uma consolidação do ambiente democrático, apesar das questões de insegurança jurídica. Eleições periódicas de quatro em quatro anos, o direito a impeachments constitucionais e o direito de ir e vir são exemplos de como a democracia é mantida no país,

De maneira clara, o autor afirma que o voto é fundamental para o funcionamento do sistema democrático, seja ele direto ou indireto. A qualidade da democracia depende da responsividade dos governos às demandas dos cidadãos, e o voto correto pode gerar esse elo de responsabilização entre representantes e representados, sendo um requisito mínimo para o funcionamento da democracia. O voto vai além do simples depósito do candidato na urna eletrônica, envolve a participação ativa dos cidadãos em uma arena deliberativa.

Diversos fatores influenciam a decisão dos eleitores de irem votar, como recursos individuais, mobilização política e motivação instrumental. Recursos como conhecimento, tempo disponível e recursos patrimoniais têm impacto positivo nas chances de um eleitor comparecer às urnas. Da mesma forma, a mobilização política, realizada pela mídia televisiva, pelos partidos e por grupos de interesse, estimula o eleitor a votar. O autor aduz que esses fatores mostram a importância do voto como elemento essencial para a consolidação e funcionamento da democracia representativa.

Para o autor, a utilização de referenciais norte-americanos da teoria psicossociológica do voto para compreender as eleições presidenciais de 2018 no Brasil é um ponto importante a se considerar. Historicamente, um grupo de pesquisadores em psicologia política tem se dedicado ao estudo desse tema no Brasil, com a criação da primeira disciplina sobre o assunto na década de 1960, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em 1989, durante o II Simpósio da ANPEPP, foi criado o Grupo de Trabalho sobre Comportamento Político, com o objetivo de promover o desenvolvimento científico e teórico da área da Psicologia Política no Brasil, definindo-a como o campo de estudo do comportamento político.

A criação de disciplinas e grupos de trabalho nessa área, bem como a busca por uma abordagem própria e relevante para a realidade brasileira, são evidências do esforço da classe intelectual brasileira em compreender o fenômeno do voto nas eleições presidenciais e em outros contextos políticos no Brasil. O aumento significativo de pesquisas na área do comportamento político levou à fundação da Associação Brasileira de Psicologia Política, que reúne estudantes e pesquisadores com o objetivo de difundir as práticas da psicologia política no Brasil.

A academia brasileira reconhece a importância do estudo do comportamento político, como abordado nesta pesquisa, para a compreensão dos fenômenos políticos e o funcionamento das democracias. A compreensão de como a estrutura política influencia o comportamento político e eleitoral é considerada essencial. Outro tema relevante abordado é o estudo da Opinião Pública, que é objeto de pesquisa na Psicologia Política e do Comportamento Político. Além disso, o autor destaca a busca

por identificar teorias internacionais sobre a explicação do voto e como essas teorias dialogam com autores brasileiros. A contextualização histórica da área do conhecimento no Brasil é mencionada, ressaltando a importância das contribuições internacionais e a interação com a produção nacional.

Propositivamente, o texto aduz que a teoria da escolha racional, apresenta uma perspectiva convincente sobre o comportamento eleitoral. O autor argumenta que os eleitores são seres racionais, que buscam maximizar seus interesses pessoais ao votar em candidatos que se aproximem de suas agendas pessoais. Essa abordagem se baseia na premissa de que os eleitores consideram os benefícios que podem obter por meio da atividade governamental, avaliando os fluxos de utilidade que podem ser gerados a partir das decisões políticas.

Uma das contribuições significativas da teoria da escolha racional é a aplicação de princípios econômicos na análise do comportamento político. A ideia de que os eleitores avaliam as alternativas políticas com base na maximização de ganhos econômicos, como a geração de empregos, a redução de tributos e a expansão da economia, é coerente com a teoria do voto econômico. Essa abordagem destaca a importância dos resultados econômicos na decisão do eleitor, especialmente quando se trata de reeleição de governos, em que a satisfação financeira das famílias pode ser um fator determinante.

Além disso, a teoria da escolha racional fornece uma explicação plausível para o fenômeno da reeleição de governos com base na satisfação econômica das famílias. Quando a atividade econômica está favorável, com geração de empregos e aumento de renda, os eleitores podem estar mais inclinados a votar em candidatos que estão no poder, pois acreditam que suas condições financeiras estão sendo atendidas. Essa abordagem amplia a compreensão sobre como os resultados econômicos podem influenciar o processo político e as escolhas dos eleitores.

A centralidade do voto econômico para a compreensão das escolhas eleitorais é um tema de discussão no campo da ciência política. O autor Castro argumenta que o processo de tomada de decisão do eleitor vai além do simples meio econômico, levando em consideração o espectro sociocultural de cada indivíduo, bem como os níveis de informação, aspectos cognitivos e reflexivos de cada eleitor. Castro defende uma expansão da racionalidade na análise das escolhas eleitorais, escapando da mera correlação entre o meio econômico, a maximização dos interesses e a minimização de perdas.

A racionalidade substancial, segundo o autor, não se concentra apenas em explicar como os eleitores tomam suas decisões, mas sim como eles deveriam tomar suas decisões. Ela aborda as preferências e características objetivas do momento, supondo que a informação seja perfeita ou quase perfeita acerca do universo. Nessa visão, os eleitores tomam decisões racionais quando maximizam sua instrumentalidade ou utilidade. No entanto, o autor argumenta que essa teoria não considera de forma abrangente outras características individuais dos eleitores. Ela está mais preocupada em como os eleitores deveriam tomar suas decisões, alinhando-se mais com a abordagem das ciências econômicas. Em contrapartida, a racionalidade procedural tem maior preocupação com as características dos indivíduos, especialmente suas autolimitações internas.

Os defensores da racionalidade procedural consideram relevante não apenas conhecer as preferências das massas, mas também o conhecimento da situação e as capacidades mentais dos eleitores para compreendê-la. Essa abordagem conceitua os indivíduos como seres racionais a partir do momento em que eles têm razões para a tomada de decisões. A psicologia, nesse contexto, busca investigar de forma mais

acentuada como as pessoas tomam suas decisões e menos na finalidade dessas deliberações.

Os indivíduos têm certas limitações no processamento de informações, o que fundamenta a racionalidade procedural. Nessa visão, o problema reside no fato de que os indivíduos buscam simultaneamente dois objetivos contraditórios: o desejo de tomar uma boa decisão e o desejo de fazê-lo com o mínimo de esforço cognitivo possível. Como resultado, os indivíduos tendem a simplificar a tomada de decisão por meio de três processos. Nesse sentido, a análise da racionalidade procedural busca compreender como os eleitores efetivamente tomam suas decisões, levando em consideração as limitações cognitivas e as estratégias de simplificação utilizadas por eles. Essa abordagem amplia a compreensão da tomada de decisão eleitor

O autor do texto apresenta exemplos de heurísticas que os eleitores frequentemente utilizam na hora de decidir seu voto, e destaca a decomposição, que é quando os eleitores se apoiam em recomendações de pessoas respeitadas, como partidos, líderes religiosos, comentaristas políticos ou jornais confiáveis, essa é uma forma de simplificar a decisão do voto, já que o eleitor confia na opinião de terceiros em vez de realizar uma pesquisa individual sobre os candidatos. Além disso, o autor também menciona outras heurísticas utilizadas na decisão do voto, como referências afetivas, identificação partidária ou ideológica, estereótipos e viabilidade. Por exemplo, os eleitores podem votar com base em suas convicções pessoais, na agenda da representação política, em estereótipos de gênero, raça, idade ou aparência dos candidatos, ou ainda no candidato que eles acreditam ter mais chances de vencer a eleição.

Rosa também destaca que o ato de votar é muitas vezes visto como uma decisão pouco relevante para muitos eleitores, nesse sentido, o autor argumenta que as heurísticas, são utilizadas como forma de simplificar o processo de decisão do voto. Além disso, o autor menciona que a escolha do voto é influenciada por diversos fatores, como as predisposições dos eleitores, fatores de curto prazo como corrupção, economia, desemprego, renda, tributação, candidatos e campanhas eleitorais, bem como o contexto social e geográfico dos eleitores. O autor ressalta que as limitações impostas pelos partidos políticos e seu sistema eleitoral também influenciam as opções do eleitorado, o que deve ser considerado pela academia ao analisar as preferências dos eleitores.

Em resumo, o autor do texto endossa a ideia de que os eleitores frequentemente utilizam heurísticas na decisão do voto, como o endosso, em que se apoiam em recomendações de pessoas respeitadas, e outras heurísticas como referências afetivas, identificação partidária, estereótipos e viabilidade. Essas heurísticas simplificam o processo de decisão do voto, mas também são influenciadas por diversos fatores, como as predisposições dos eleitores, fatores de curto prazo e o contexto político, social e geográfico. Além disso, é necessário explorar a teoria psicossociológica do voto, compreendendo o contexto social em que o eleitor está inserido e como o indivíduo processa as informações políticas dentro de seu grupo sociocultural.

Referências

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em:

<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em:

<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em:

<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI:

10.5281/zenodo.5150811. Disponível em:

<<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

ROSA, André Felipe. Teoria da escolha racional, voto econômico e a psicologia política brasileira: determinantes do voto no Brasil. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano 13, Vol. XIII, n. 44, jan.-jul., 2022.

Disponível em: <<https://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/848>>. Acesso em: 18 abr. 2023.